

Quilombo que cria, festeja e educa: por uma educação quilombola asseguradora de direitos

Amanda Barbosa Veiga dos Santos

Orientador: Me. José Claudionor dos Santos Pinto

Coorientadora: Daiane Santos das Neves

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.21136294>

Dedico este texto às comunidades quilombolas do Baú e do Córrego do Narciso, bem como a todos aqueles que fazem o direito acontecer na prática.

Introdução

A Educação Escolar Quilombola é compreendida como uma modalidade da Educação Básica que se desenvolve em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas. Ela abrange instituições de ensino que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas, independentemente de estarem localizadas em áreas rurais ou urbanas. O público-alvo não se limita apenas aos moradores das comunidades, mas se estende a todos que compartilham a trajetória histórica e os laços de pertencimento étnico-racial desses grupos.

A Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), na Educação Básica. Esse documento é um marco na educação brasileira, pois reconhece a escola quilombola como um espaço de resistência e de preservação cultural, fundamentado no direito à identidade étnico-racial e na territorialidade.

A Educação Escolar Quilombola é definida como uma modalidade de ensino que permeia todas as etapas da Educação Básica. Segundo a Resolução, ela deve ser organizada de modo a respeitar a memória coletiva e as práticas socioculturais das comunidades. Os principais pilares estabelecidos pela norma incluem: Territorialidade: O território é compreendido como o espaço físico e simbólico necessário à reprodução física, social e cultural do grupo; Ancestralidade: Valorização dos conhecimentos

tradicionais e da história oral; Identidade Étnico-Racial: O fortalecimento da consciência de pertencimento ao grupo quilombola.

O currículo nas escolas quilombolas não deve ser uma mera reprodução do ensino urbano ou eurocêntrico. A norma determina que o projeto político-pedagógico (PPP) deve ser construído com a participação direta da comunidade. As diretrizes orientam que os conteúdos incluam a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil e a importância dos quilombos na formação da sociedade nacional. Além disso, a organização do tempo escolar deve ser flexível, adequando-se aos calendários agrícolas e às festividades tradicionais da comunidade (Brasil, 2012).

A Resolução enfatiza que os professores que atuam nessa modalidade devem receber formação específica que contemple a diversidade étnico-racial. A gestão escolar deve ser democrática, garantindo que as lideranças das comunidades participem das decisões e do acompanhamento das políticas educacionais locais. De acordo com Fernandes (2025, p. 12):

A conquista das modalidades específicas reafirma o papel da escola como espaço de resistência, emancipação e transformação social. Reconhecer e promover políticas específicas e programas que atendam as especificidades indígenas e quilombolas não são apenas obrigações do Estado, mas também compromisso ético e político de toda a sociedade brasileira, que deve valorizar e apoiar a diversidade que compõe o país. Somente assim será possível construir sistemas educacionais verdadeiramente equitativos, que contribuam para a justiça social e para a dignidade desses povos.

A implementação das DCNEEQ representa um passo essencial para a reparação histórica e para o combate ao racismo estrutural no sistema de ensino. Ao garantir que a educação respeite o modo de vida quilombola, o Estado brasileiro assegura o cumprimento da Constituição Federal e promove a justiça social por meio do conhecimento e da valorização da diversidade.

Quilombo que cria

E nessa busca de criar e recriar metodologias que abranjam aspectos que atendam às especificidades do viver quilombola, vemos diversas iniciativas nos quilombos para efetivar o modo de criar. Neste texto, apresentaremos, de forma breve, a iniciativa “Sala de Leitura e Resgate Cultural Sementes de Jacinta da Comunidade Quilombola Baú”. A Comunidade Quilombola Baú, localizada no município de

Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil, é um símbolo de resistência cultural, educacional e de luta pela terra, na região.

Para apresentarmos a “Sala de Leitura e Resgate Cultural Sementes de Jacinta da Comunidade Quilombola Baú” utilizaremos a entrevista realizada com uma das lideranças dessa comunidade – Daiane Santos das Neves (Daiane Baú), em 2022, que está presente no livro “Escrevivências da pesquisadora negra e das Mulheres Quilombolas associadas à Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha – COQUIVALE: – e o acesso aos direitos educacionais”, Santos (2025). A entrevista será utilizada como base em diálogo com os ensinamentos de Antônio Bispo dos Santos, afropindorâmico do Quilombo Saco-Curtume, em São João do Piauí, Piauí, Brasil. Conhecido como Nêgo Bispo, propôs uma ruptura radical com as categorias euro-cristãs e monoteístas de pensamento. Para Nêgo Bispo, a compreensão de quilombo ultrapassa a de um evento histórico de resistência para uma matriz civilizatória viva, baseada na circularidade, na oralidade e na relação orgânica com a natureza.

A “Sala de Leitura e Resgate Cultural Sementes de Jacinta da Comunidade Quilombola Baú”, foi fundada em 19 de abril de 2020 como um projeto piloto. A Salinha nasceu para combater a exclusão educacional e a evasão escolar de jovens quilombolas, durante a pandemia, integrando o ensino tradicional aos saberes ancestrais. Daiane Baú esclarece a forma de funcionamento da salinha (Santos, 2025, p. 147-148):

(...) Bom, aqui a gente trabalha muito sobre a questão do território, principalmente agora, é, a gente pensa muito no contexto geral, mas trazendo muito mais pra dentro do quilombo Baú. A gente faz levantamento das plantas, catalogação das plantas, é, as oficinas giram em torno da natureza daqui, que a gente entende que se a gente mora aqui é daqui que tem que tirar o sustento da nossa e das próximas gerações, o cuidado é muito grande sobre isso. É, mas eu acho que a parte cultural é o ponto mais forte, assim. É, porque, primeiro que a gente não pode deixar morrer, eu acho que quilombo não é quilombo sem cultura. É, e quem são os detentores dessa cultura são os nossos mais velhos. É, e aí a gente aprende muito isso, todas as cantigas, algumas palavras que a gente ainda tem no nosso dialeto originário, é, se você for na salinha você vai ver que os livros todos são de autores negros, são contando histórias pela nossa perspectiva, entendendo que nas escolas tradicionais a história não é contada por nós, é, a história é contada para nós pelo olhar de outros, de outras pessoas, colocando a gente sempre enquanto vítimas e escravos e pessoas que não tem que ter futuro porque não tiveram passado. A gente resgata aqui justamente esse passado. Tem uma frase, inclusive, que tá desenhada lá na parede, que é "Um rio, quando não sabe onde ele nasce, ele seca e morre". Então a gente precisa aprender todo esse passado, né? Quem foram nosso povo antes dessa escravidão, dessa escravidão? Onde foi que a gente nasceu? A gente buscou isso, a gente sabe hoje de que região da África a gente é...

Nessa fala de Daiane Baú, enfatizam-se os três eixos fundamentais da Salinha, sendo eles: o primeiro – a iniciativa promove o reforço escolar, aliado à resistência cultural, em que os mais velhos atuam como mestres de tradições, que vão do manejo da terra ao dialeto. Segundo – o projeto foca na criação de uma biblioteca comunitária afrocentrada e autossustentável. E o terceiro – a participação ativa da comunidade, garantindo a preservação do território sagrado e a continuidade do legado cultural para as futuras gerações.

Figura 1: Alfabeto da Comunidade Quilombola Baú- Araçuaí-MG



Fonte: Santos, 2025.

A comunidade desenvolveu seu próprio alfabeto, levando em consideração aspectos territoriais, étnicos e socioambientais. Essa iniciativa reforça um aprendizado enraizado no modo de vida local, conectando o vocabulário, desde a alfabetização, ao autoconhecimento e à valorização das práticas tradicionais. É interessante notar que o alfabeto é composto por imagens de crianças negras, associando cada letra a uma palavra e à sua representação visual. Termos como A de África, C de Catingueiro, O de Organização, P de Pilão, Q de Quilombo e R de Roça enfatizam que o aprendizado pode florescer a partir da própria relação com o ambiente. A temática da "criação" no quilombo não se refere à produção industrial ou acadêmica, mas à transmissão de saberes que garantem a continuidade das vidas. (Santos; Kohan; Pereira Junior, 2025, p. 9).

A Comunidade Quilombola Baú, ao cultivar a própria pedagogia da transmissão e da criação do saber, comunga com o pensamento de Nêgo Bispo. Nêgo Bispo expõe

que, diferente da educação formal, que é um processo de "mercantilização das vidas" e "adestramento", a criação quilombola fundamenta-se na relação mestre-aprendiz e na utilidade vital do conhecimento.

Festejar e educar

A comunidade Quilombola Baú tem o Batuque e o Maculelê que são manifestações afro-brasileiras, as quais representam a resistência por meio da luta, da dança e do canto. Nêgo Bispo (2023) reforça a necessidade de práticas contracoloniais que mesclam a luta, a poesia e a festa. Daiane Baú conta, em seu depoimento, sobre o intercâmbio com os povos Baú do Serro:

[...] ficamos uma semana, trocamos experiências, eles deram algumas oficinas, a gente levou um pouco daqui, do que a gente entendia, pra lá, é, eles ensinaram pra gente o Maculelê e a gente ensinou pra eles o nosso batuque aqui. É, sentamos depois para analisar as diferenças, o que foi perdido nessa trajetória, né? O que ficou lá, o que foi trazido pra cá, que eles também perderam um pouco. Hoje a gente mantém esse diálogo, mas não conseguimos tanto ir um para outro mais, porque tem os desafios que não depende da gente, os quilombos não têm como manter isso, a gente depende de município, depende de transporte e a gente não tá conseguindo transporte nem para levar as coisas da feira do povo daqui para Araçuaí, imagina para levar a gente para Diamantina (Santos, 2025, p. 149).

Quando os municípios, estados e federação não colaboram para o espaço de intercâmbios, formações e festejos das populações quilombolas, estão, de certa forma, perpetuando práticas de apagamento da cultura quilombola. Apesar disso, Nêgo Bispo não defende a palavra cultura, ele propõe o “saber orgânico”. Neste texto, optamos por refletir que a cultura quilombola é um sistema complexo de manutenção da ancestralidade de cada povo-território, é nela que o saber orgânico, defendido por Nêgo Bispo, tecerá a manutenção da vida local. A história do Tio Norberto, que Nêgo Bispo cita em vários vídeos, escritas e entrevistas, ilustra essa "relação orgânica": o saber é a própria vida do mestre que continua habitando o aprendiz. Daiane Baú utilizou esse mesmo entendimento, dando o nome de cultura quilombola.

Outro fato que chamou a atenção nas falas de Daiane Baú é que, em seu discurso, ela utiliza muitas perguntas ao relatar algum fato, dado esse que Nêgo Bispo denomina como a relevância da pergunta para contracolonizar o sistema educacional tradicional que valoriza mais as respostas do que a criação do pensamento, algo que

ocorre a partir do questionamento, que ativa a memória e o raciocínio, ao contrário da resposta pronta advinda do sistema educacional colonial.

A escola, a “Sala de Leitura e Resgate Cultural Sementes de Jacinta da Comunidade Quilombola Baú” e a educação como um todo são usadas pela Comunidade Quilombola Baú como instrumento de defesa contra as práticas de violências.

[...] Manu tem 8, Manu tem 8 anos. E aí eu pensei que eu não queria que ela estudasse com outra pessoa, eu queria que ela estudasse comigo, porque eu não queria que ela passasse a mesma coisa que eu. E eu pensei, "Vou me formar, vou dar aula lá no quilombo e vou preparar eles para quando eles saírem de lá, para eles não passarem as mesmas coisas". É, eu acho que não foi uma escolha, assim, porque eu gostava de Pedagogia, porque nunca foi. Foi a escolha porque eu queria isso, eu não queria que Manu chegasse na sala de aula e escutasse ou apanhasse ou passasse qualquer coisa dessas que eu tinha passado. Acho que foi muito, não sei...Assim, hoje eu já fico assim com ela porque ela já passou demais da conta, mas eu ensinei ela a ser assim, sabe? Ser pra frente, faladeira mesmo, porque eu era muito calada, acontecia as coisas e eu não tinha coragem de contar pra ninguém, e eu ensinei ela a ser da forma que ela é hoje, mas às vezes ela passa um pouco do limite (Santos, 2025, p. 159).

Nêgo Bispo reforça que o uso da escrita ou da universidade é comparado ao manejo de um facão. São ferramentas coloniais que devem ser compreendidas para que o povo quilombola possa se defender, transformando a "arma do inimigo" em um escudo de proteção (Santos; Kohan; Pereira Junior, 2025, p. 9). A Comunidade Quilombola Baú tem mostrado as iniquidades contra seu povo, o próprio descumprimento das leis ou a dificuldade que os órgãos municipais enfrentam para o cumprimento da Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 e as formas de parcerias que a Comunidade vem buscando para manutenção dos seus modos de criar, festejar e educar.

Conclusão: por uma educação quilombola asseguradora de direitos

A Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, completando quase quatorze anos de existência, não tem sido garantida pelos municípios. Inclusive, faz-se necessário um diagnóstico das principais causas para que a política não esteja sendo assegurada pelos municípios, estados e federação. Após o diagnóstico, é fundamental que haja investimentos para a garantia de sua implementação, ouvindo as populações

quilombolas, como pode ser aperfeiçoada a política, a fim de contribuir com bases materiais para manutenção do criar quilombola e do modo de ser quilombola.

O criar quilombola mostra-se como estratégia contra as práticas aniquiladoras das epistemologias das populações quilombolas. Nesse espaço entre aprender, ensinar e produzir juntos, combate-se a cultura do individualismo, reforçando um fazer coletivo, em que todos os membros são beneficiados, pois haverá o compartilhamento e a preservação do conhecimento. A continuidade do quilombo faz-se por meio dessa constante relação entre os seus membros, a circularidade de saberes e seus territórios.

Os incentivos para disseminação dos saberes quilombolas devem ser pautados de forma a garantir o fortalecimento intelectual, bem como a reparação local. O apagamento massivo e a expropriação constante dos saberes quilombolas, sem o devido reconhecimento e a remuneração necessária causam danos nocivos, tornando-se verdadeiros gatilhos de memórias da servidão das populações afro-brasileiras e originárias. A titulação dos territórios quilombolas tem sido apontada como um importante mecanismo que resguarda a continuidade. Titulação Já! Em defesa do modo de criar quilombola.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2012, Seção 1, p. 11. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-quilombola>. Acesso em: 01 dez. 2025.

FERNANDES, Rosani de Fátima. **Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola**: movimentos de luta pelo direito à escola. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 20, n. 3, p. e20250005, 2025.

SANTOS, Amanda Barbosa Veiga dos. **Escrevivências da pesquisadora negra e das mulheres quilombolas associadas à Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha - COQUIVALE - e o acesso aos direitos educacionais**. Belo Horizonte: Edição da Autora, 2025.

SANTOS, A. B. dos; KOHAN, W. O.; PEREIRA JUNIOR, G. **Entrevista com Nego Bispo**: “Eu lhe ensinei tudo que eu sabia, mas eu não sabia tudo que eu queria lhe ensinar”. Trans/ Form/Ação, v. 48, n. 1, p. e025053, 2025.

SANTOS, A. B. dos (2019). **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília, DF: INCTI/UnB.

SANTOS, Antônio Bispo dos. 2023. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama. 112 p.

